

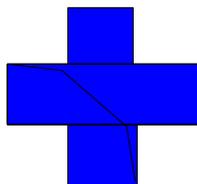


GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA CENTÉSIMA NONAGÉSIMA SETIMA REUNIÃO DO CES-MT

1 **Ao décimo terceiro dia do mês de fevereiro de 2008**, às quatorze horas e vinte minutos, deu início à
2 **centésima nonagésima sétima** reunião do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso, sendo esta a
3 **centésima quinquagésima quarta reunião ordinária**. Conferido o quorum, com aprovação, iniciamos a
4 reunião. A sessão foi conduzida pelo **Vice-Presidente do Conselho Estadual de Saúde, Edvande Pinto de**
5 **França** que em nome do Nosso Senhor Jesus Cristo e sob a proteção de Deus abriu a primeira Sessão
6 Ordinária do ano de 2008. Justificou a ausência do Presidente que está participando de reunião no
7 Conass. **Conselheiro Leandro Zitelli**, a pedido do Presidente da Sessão, registrou a presença dos
8 senhores Ernesto França e Everaldo representantes do Hospital Amparo de Rosário Oeste, senhora
9 Solange Lima Secretária Municipal de Saúde do Poxoreo e senhora Olinete Secretária Executiva do
10 Hospital e Maternidade São João Batista, senhora Sandra Patrícia Secretária Municipal de Saúde de São
11 Jose do Rio Claro e senhora Elci Administradora do Rio Médica Assistencial e o senhor Osmar Nunes da
12 Silva. Na seqüência o **Presidente** colocou em regime de apreciação e votação as seguintes atas: da
13 reunião extraordinária do mês de setembro de 2007, que foi aprovada por unanimidade; da reunião
14 ordinária do mês de outubro de 2007. **Conselheira Maria Zanirato** solicitou que fosse feita correção da
15 palavra segmento, pois estava escrita incorreta. **Conselheira Maria Aparecida**, linha 235, na fala do
16 Conselheiro Edvande França. Disse que a mesma havia sugerido que fosse feito os relatórios, mas, isso
17 não ficou aprovado na ata. Solicitou que o mesmo corrigisse ou suprimisse. Em votação a mesma foi
18 aprovada por unanimidade; da reunião ordinária do mês de novembro de 2007, aprovada por
19 unanimidade. **EXPEDIENTE RELEVANTE: 01)Memorando n.º130/2007/COVEPI/SUVSA/SES-MT – de 17**
20 **de dezembro de 2007** – encaminhando para ciência e divulgação a relação dos estados e municípios com
21 projetos de incentivo na área de Vigilância e Prevenção de Violências e Acidentes – repasse de 50 mil, e
22 atividade física – repasse de 40 mil – Entre os municípios estão Cuiabá, Matupá e Pocone. **Conselheiro**
23 **Carlos Eilert** solicitou que esclarecesse melhor. **Magaly de Souza** disse que o memorando não detalhou
24 sobre cada um dos projetos, apenas os municípios; **02)Memorando n.º001/2008-CEP/SES-MT – de 10 de**
25 **janeiro de 2008** – Coordenadora do CEP informou que considerando a indicação do Conselheiro Joacy
26 Leopoldino como representante do CES-MT, mas não teve presença efetiva nas reuniões e dada a
27 importância da presença de usuários no Comitê, informou que estarão recorrendo a uma ONG com objetivo
28 de sanar a necessidade do Comitê. **Conselheira Maria Aparecida** perguntou se ela estava apenas
29 informando ou se o Pleno deliberaria pela substituição do Conselheiro. **Magaly de Souza** disse que o
30 Comitê estará recorrendo a uma ONG. Disse que tentou contato com a mesma antes desta sessão para
31 esclarecimento. **Conselheira Maria Aparecida** disse que esta vaga foi definida como participação do
32 Conselho. Na ausência da indicação do Pleno ele tem autonomia para a substituição. Quando o Comitê
33 diz que vai recorrer a uma ONG ele está desconsiderando o Pleno. **Magaly de Souza** disse que isto que
34 precisa ser esclarecido, se a vaga é de usuário, ela esta destinada para uma entidade que representa o
35 Conselho ou para outra do movimento social. Fazendo uma consideração, disse que o CEP já recebeu
36 duas ou três indicações de usuários do Conselho, mas por falta de reuniões do Comitê ou pela ausência
37 do Conselheiro indicado não conseguimos estar representados no CEP. O critério é que o representante
38 seja do segmento usuários; **03)Memorando n.º020/2008/CES – de 08 de fevereiro de 2008 – convidando a**
39 **Suzilei ou representante para prestar esclarecimentos que forem necessários à pauta proposta pelo**
40 **SINDESSMAT. A Secretária Memorando da Coordenadoria de Planejamento** que recebeu a poucas

1



SUS

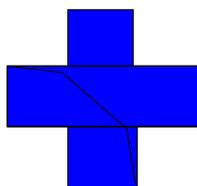
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

41 horas antes da reunião e que vai remeter para a Mesa Diretora, que solicita pauta para a reunião de
42 março para a apresentação do Relatório Anual de Gestão 2007. Por fim, lembrou as Entidades de Classe
43 sobre a realização do fórum para a escolha dos novos representantes da próxima gestão, até o dia 22 de
44 fevereiro a indicação deve ser remetida para a Secretaria Executiva. O fórum está com data marcada
45 para o dia 20 próximo e tem duas sugestões de locais, nas dependências do Conselho ou no CRP.
46 **Conselheiro Carlos Eilert** disse que o fórum deve ser realizado no CES, caso contrário o Conselho de
47 Educação Física também colocará seu espaço à disposição. O espaço do Conselho fica caracterizado
48 como independente. **Conselheiro Edenir Pereira** encaminhou denúncia para a Comissão de Atenção
49 Integral à Saúde a respeito de Casa de Apoio Bom Samaritano, para apuração. **Conselheiro João**
50 **Dourado** disse que esta denúncia deveria ser encaminhada para a Ouvidoria e para a Auditoria. Além de
51 estar na Ouvidoria caberia uma pauta no Conselho sobre estas Casas de Apoio. **Conselheiro Edenir**
52 **Pereira** esclareceu que já foi encaminhado para a Ouvidoria e esta denúncia foi encaminhada para as
53 duas Comissões. **Conselheiro Carlos Eilert** disse que a pauta sobre as Casas deve ser extraordinária
54 por que tem outras denúncias sobre elas. **Conselheiro Ambrósio Moreira** disse que precisa ser
55 esclarecido se esta denúncia será encaminhada para as duas Comissões sugeridas. **Presidente**
56 respondeu afirmativamente. **Conselheira Maria Zanirato** solicitou que fosse dado prazo de trinta dias
57 para que esta denúncia fosse apurada e na próxima sessão seja apresentada no Pleno. **Presidente**
58 apresentou pedido de inclusão de pauta do **MT-Hemocentro** a respeito de um projeto encaminhado para
59 o MS. O projeto foi aprovado através do convenio n.º966/06 e deverá ter a aprovação deste Conselho,
60 embora o projeto não tenha sido discutido pelo Pleno e o recurso foi aprovado. **Conselheiro Carlos Eilert**
61 disse que gostaria de ter recebido o projeto com antecedência. Aprovar o que já está acontecendo cabe
62 ao Conselho fazer denúncia no Ministério Público. Atitudes desta natureza é um desrespeito com este
63 Conselho. **Conselheiro Ambrosio Moreira** com relação a liberação de recursos desse projeto, primeiro
64 cabe alerta aos técnicos e aos cargos de direção que não se deve encaminhar projetos sem que tenha
65 sido aprovado por este Conselho. **Conselheira Maria Aparecida** solicitou que fosse encaminhada a
66 votação da inclusão de pauta e depois vamos discutir o mérito. **Conselheiro Ambrosio Moreira** disse
67 que a Conselheira tem razão, apenas informaria que a sua Comissão já tinha enviado memorando a
68 gestão sobre estas questões. **Presidente** colocou em votação a solicitação do Hemocentro e o Pleno
69 votou pela inclusão de pauta com onze votos a favor, duas abstenções e quatro votos contra.
70 **Conselheiro Ambrosio Moreira** disse que a contagem de votos não estava correta. **Conselheiro**
71 **Fabiano Borges** disse que a contagem dos votos estava correta. **Conselheira Maria Zanirato** disse que
72 alguns Conselheiros não votaram nem contra e nem a favor e também não se absteve. A seguir, iniciamos
73 nosso primeiro ponto de **PAUTA: Secretaria Adjunta de Saúde: Apresentação, Discussão e**
74 **Encaminhamentos da Situação da Central de Regulação Frente ao Comando Único e o Pacto pela**
75 **Saúde -** **Conselheiro Victor Rodrigues** disse que vai prestar alguns esclarecimentos a respeito das
76 mudanças que estão ocorrendo em relação ao Pacto pela Saúde na Central de Regulação. Solicitou que
77 fossem encaminhados aos Conselheiros alguns artigos da Portaria n.º399 e n.º699 que estabelecem a
78 questão do comando único em relação ao processo de regulação. Cuiabá é um município de gestão plena
79 e por isso teria que gerir plenamente todos os prestadores e isso inclui, na portaria, a regulação de



SUS

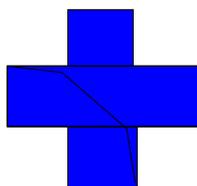
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

80 acesso. Disse que participa do processo de regulação desde o início quando entrou no governo na época
81 do Secretário Júlio Müller. Na época fizeram um termo de co-gestão para implantar a CER com prazo de
82 dois anos para a regulação passar ao comando único do município, o que não foi cumprido. Agora, o
83 Pacto traz à tona esta questão. Disse que o Pacto define as obrigações do estado para com o Sistema de
84 Regulação, com as implantações das Centrais de Regulação de Acesso. Disse que a SES tem o objetivo
85 de implantar Centrais de Regulação nos 141 municípios do Estado. Disse que aquilo que o município
86 pactua e vai encaminhar para referencia o Sistema SISREG fará a busca de consulta e caso não
87 encontre, não permitirá que a regulação seja feita e ela deverá ser discutida depois num outro nível. Disse
88 que esta é uma tentativa de ordenar o Sistema para fugir dos atravessadores. Disse que todo o processo
89 esta sendo negociado e Cuiabá ficará com a regulação de todos os seus leitos eletivos, urgência e
90 emergência, alta e média complexidade, exames e consultas. O TFD continuará na gestão do estado.
91 Quanto aos transplantes, o que não for regulação de procedimento, tem que ser regulação municipal.
92 Disse que o prestador tem que obedecer a um comando. Disse que o prazo de implantação do comando
93 único é de um ano a partir da assinatura do Termo de Compromisso do Pacto. Informou que Cuiabá já
94 assinou na CIB Regional e deverá ser homologado na CIB Estadual. Independente do termo de
95 Compromisso, Cuiabá por ser gestor pleno, já deveria estar em comando único pela NOAS. **Conselheira**
96 **Maria Aparecida** disse que recebeu convocação para uma reunião que iria discutir esta questão.
97 Perguntou se a reunião foi realizada e qual a posição das pessoas que participaram dela e quais são os
98 entraves. Com relação ao município de Cuiabá disse que tem muitas dificuldades e se o estado, nesta
99 parceria, vai simplesmente, passar para que o município regule ou se vai ser uma co-gestao, até por que
100 tem grande demanda reprimida do município em várias especialidades. **Presidente** informou que a
101 reunião a que a Conselheira se referiu não aconteceu por impossibilidade de agenda do Secretário-
102 Adjunto Victor Rodrigues, por isso o assunto está na pauta. **Conselheiro Victor Rodrigues** disse que a
103 dificuldade da Regulação é por falta de oferta de serviço. A regulação em si não causa dificuldade, ela
104 causa facilitação, afirmou. Disse que Cuiabá passou por dificuldades, com quatro secretários de saúde,
105 por isso o estado não conseguiu trabalhar a oferta de serviço. O Estado tem agido até de forma
106 autoritária, por que teoricamente não poderiam negociar com o prestador sem passar por cima do
107 município. Por que ele, município, poderia dizer que não vai honrar tal compromisso, por que não quer
108 determinado prestador. Disse que reuniu com o HUJM para negociar cirurgia de retina, mas esbarrou na
109 falta de pessoal. Disse que o HUJM não pode contratar, o estado não pode ceder por que a lei não
110 permite e o município de Cuiabá paga um salário que não compensa para o profissional. Disse que o
111 estado tem recurso para realizar cirurgia e tem que pagar para o privado por que não consegue implantar
112 no hospital público. Disse que na reunião de amanhã, com o gestor municipal, será discutida oftalmologia.
113 Afirmou que esta não é uma dificuldade do processo de regulação, mas da oferta de serviço. Esclareceu
114 que o trabalho feito com o processo de regulação não vai modificar a oferta de serviço. Disse que o que
115 se encontra na gestão estadual no processo de regulação é TFD, urgência e emergência e
116 transplantes. Tendo em vista que todo o restante da regulação já está na mão do município de Cuiabá.
117 Disse que o estado vai manter a interface com o interior e o serviço de referência. Disse que todo este
118 trabalho é para ordenar o comando único. **Conselheira Clélia Brito** disse que é muito preocupante a



SUS

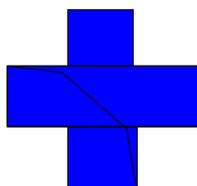
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

119 situação da Central de Regulação no Estado. No município não tem o profissional para fazer a regulação.
120 Este é um ponto de estrangulamento. Perguntou como o estado está vendo esta situação e como está
121 fazendo o controle e avaliação em relação aos municípios dentro da PPI, para que o interior possa se
122 organizar melhor. Disse que o Pronto Socorro de Cuiabá recebe a todo o momento ambulâncias com
123 pacientes do interior e acabam lá ficando por trinta dias e não consegue a regulação. Mas, segundo o
124 Conselheiro Victor Rodrigues, a dificuldade não é do acesso e sim de oferta. Informou que muitos
125 gestores municipais estão preocupados com este comando único. Perguntou se o acesso a atenção vai
126 ficar sob a responsabilidade do município. **Conselheiro Edenir Pereira** em relação à regulação, o
127 paciente só poderia sair do seu município tendo a oferta do serviço. Mas, o paciente sai regulado com
128 data e hora, mas quando chega não é atendido. **Conselheiro Victor Rodrigues** disse que existem
129 muitas dúvidas em relação ao processo de regulação por que, uma é a urgência do usuário, a outra é do
130 médico que atende o paciente no interior. O que se tem trabalhado hoje para poder organizar o serviço
131 são os protocolos clínicos. Disse que a maioria dos planos de saúde está estabelecendo protocolos
132 clínicos para ofertar determinados procedimentos. Disse que chegou do município de Canarana o pedido
133 de um médico para um Neurologista. No encaminhamento estava escrito: 'paciente com trauma de
134 membro superior direito apresentando déficit motor, pós-trauma'. Disse que o que pode levar a um déficit
135 pós-trauma pode ser uma lesão muscular, do tecido conjuntivo ósseo. Disse que não quer dizer que não
136 se precise de um neurologista, mas está mal explicitado. Quando chega à Regulação o médico vai dizer
137 que não se trata de uma urgência. O paciente acaba ficando 'para depois', por que não está descrito no
138 exame dele que é um caso que tenha necessidade da especialidade. O protocolo clínico tende a
139 regulamentar isso. Disse que o Estado de Goiás não aceita mais paciente de Mato Grosso. O Estado de
140 São Paulo está fechando as portas para os pacientes do nosso Estado. Disse que os critérios estão
141 estabelecidos pela Central Nacional de Alta Complexidade, no entanto, os usuários argumentam que
142 estão sendo acompanhados em São Paulo a mais de dez anos, por exemplo, e isto acaba gerando
143 conflito com o Mato Grosso. Disse que a idéia da regulação tem um item primordial que é o desejo do
144 usuário. Então, disse com relação a dificuldade do interior o estado vai trabalhar o protocolo clínico. Disse
145 que muitas vezes é uma necessidade do profissional que está lá que não tem capacidade técnica para
146 resolver e quer mandar para frente. Disse que a regulação trabalha com dois princípios, o que é eletivo
147 com base no pactuado na PPI e o que é urgência com base no PDR. Com relação a dificuldade de
148 atendimento quando o paciente está regulado, disse que há uma falha dentro do município em relação a
149 regulação e a unidade prestadora, por que o diretor dá férias para o médico e não avisa a regulação.
150 Disse que sobre isso estão tentando resolver com Cuiabá. **Conselheiro Carlos Eilert** disse que o
151 administrador deve cumprir com as suas obrigações. Disse que os médicos estão reclamando que não
152 estão recebendo no dia certo o 'mensalinho', por isso o médico acaba faltando o trabalho. Disse que na
153 portaria trata sobre fiscalizar, planejar e orientar, mas não trata de elaborar, avaliar e auditar. No item
154 número dois, da responsabilidade municipal na regulação, diz que todo município deve realizar a
155 identificação dos usuários do SUS com vistas à vinculação da clientela e a sistematização da oferta de
156 serviço. Disse que há cerca de quatro anos foi identificado para fazer o Cartão do SUS, mas ainda não
157 recebeu o mesmo. Perguntou se vamos sofrer novo gasto financeiro para novamente cadastrar as



SUS

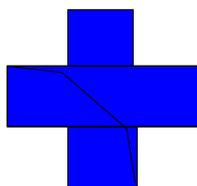
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

158 pessoas. Perguntou se ele está no município de origem e não tem pediatra e vem para a Central de
159 Regulação quem irá regular. **Conselheiro Leandro Zitelli** disse que falaria enquanto usuário de
160 regulação. Disse que um paciente precisava fazer um procedimento no coração e o médico lhe diz que
161 ele já está regulado com dia marcado para a cirurgia. Quando chega o dia dizem que hoje não vai dar por
162 que não tem médico, mas solicitam que ele regule novamente para a próxima semana. Quando chega
163 tem o médico, mas não tem a latinha e ele volta para traz. Disse que isto é real e que abriu uma denúncia
164 e nosso Presidente intercedeu e confirmaram que o paciente seria operado, mas depois ligaram
165 cancelando solicitando que ele voltasse em uma semana. Quando o paciente voltou, estava tudo certo
166 com o médico, mas faltava o quarto. Disse que isto foi um verdadeiro absurdo e que estamos começando
167 a perder pacientes. **Conselheiro Victor Rodrigues** disse que repassou aos Conselheiros apenas uma
168 coletânea da portaria sobre a regulação. Em relação ao Cartão SUS o Estado está com 70% de sua
169 população cadastrada, mas o Ministério não enviou o Cartão devido a problemas de licitação. O estado
170 está desenvolvendo projeto para implantar o Cartão que vai ter número para organizar a porta de entrada.
171 Disse que Cuiabá utiliza 80% do seu teto para o sistema hospitalar, portanto, sobra teto e está faltando
172 oferta de serviço. Em relação a ambulatorial extrapola o teto por que há uma invasão principalmente dos
173 municípios da Baixada Cuiabana, que vem de ônibus para se consultar no CEM e nas Policlínicas. Disse
174 que a regulação busca a oferta de serviço conforme cadastro. Disse que às vezes o corpo clínico nem
175 sempre é servidor do hospital, não tem obrigação para com o hospital. Uma das saídas é começar a
176 obrigar os hospitais indiretamente contratar o profissional médico para ser servidor. Isto já acontece nos
177 grandes estados, como São Paulo, que contratou médicos com piso salarial da categoria e carga horária
178 e demais obrigações trabalhistas. No interior do Brasil não se consegue fazer ainda, por conta da
179 dificuldade que o hospital arrecada. Disse que estão partindo para um mecanismo chamado
180 contratualização. **Conselheiro Ambrosio Moreira** disse que tem preocupação em relação aos Sistemas,
181 solicitou que esclarecesse melhor sobre o SISREG. Preocupa-se ainda com os Hospitais Regionais que
182 precisam ser fortalecidos. Por fim, disse que pelas pontuações do Conselheiro ficou claro que temos
183 problemas com relação aos profissionais. Como o comando vai ser único perguntou quem vai coordenar
184 as ações, será um ente ou uma pessoa. **Conselheiro Alberto de Carvalho** disse que o problema não é
185 de regulação, mas de decisão política. Ou o Poder Público monta serviço e vai dar assistência para a
186 população e para isso existe modelo desde o tempo em que se formou para fazer atendimento nas
187 instâncias. Além de montar o serviço de referência deve pagar decentemente os profissionais. Este Poder
188 também deve instituir uma Política de Plano de Cargos, Carreiras e Salários que não existe em lugar
189 nenhum. Disse que tem muita gente que se formou em Direito e adora trabalhar no serviço público, como
190 promotor e juiz, por que ganha bem. Disse que os valores de consultas não são reparados. Conforme
191 disse o Conselheiro Victor Rodrigues que São Paulo melhorou por que começou a pagar o piso salarial,
192 que não é 'nada de outro mundo'. Mas, se vai contratar um serviço, deve fazer um estudo para saber
193 quanto custa cada um e deve pagar da maneira mais decente. Reiterou que jeito para isso tem, mas falta
194 vontade de fazer. Disse que a cada campanha política escuta que vão melhorar a saúde, mas fica apenas
195 nisto. Disse que o Prefeito de Cuiabá fez um concurso publico, mas não mudou o valor do salário que
196 chega a 700 reais. Disse que não adianta colocar secretário 'linha dura, que não vai resolver nada'. Disse



SUS

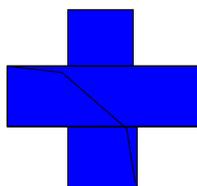
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

197 que todos os hospitais têm interesse de atender ao SUS, mas ninguém vai trabalhar para ter prejuízo.
198 **Conselheiro Victor Rodrigues** com relação aos médicos do interior, hoje todos os municípios do estado
199 possuem médicos. O primeiro atendimento a que chamamos de urgência, nem todos os municípios tem,
200 mas estão pactuando com aquele que pode ofertar. Disse que a regulação deve ser de médico para
201 médico em razão do sigilo. Disse que tem investido muito nos HR para ampliação dos serviços e melhoria
202 da condição de trabalho e, infelizmente, existe dificuldade grande para que eles façam o que deveriam,
203 apesar de todo o investimento. Disse que o médico do HR recebe mais que qualquer outro médico da
204 SES, mesmo assim não estão conseguindo implantar serviços. Hoje a condição de atendimento para os
205 usuários do interior tem melhorado. Mas, temos dificuldade com o atendimento de maior complexidade,
206 principalmente por que as portarias do Ministério nos restringem. Não conseguimos implantar serviços de
207 neurocirurgia em quatro HR por que a portaria prevê para o estado um Centro de Referência e três
208 Unidades de atendimento. Disse que a dificuldade é técnica e não política. Disse que o estado paga
209 neurocirurgia em Colider e em Juina com valores extra-tabela. Disse que a gestão do SUS é feita pelo
210 poder público, entenda-se o MP, MS, estados e municípios. Disse que não há nada que se aprove de
211 recursos federal sem que todos os municípios participem desta discussão na CIB. Disse que o comando
212 único não vai ficar isolado, por que toda a discussão vai passar pela CIB Regional e Estadual e isso
213 acaba socializando a difusão em relação a todos os serviços. Disse que poderá apresentar para o Pleno
214 ou para a Comissão Ambulatorial o SISREG que é um Sistema de regulação que recebe dados colocados
215 por alguém e que trabalha só com o eletivo. Disse que sobre a questão dos profissionais médicos é uma
216 situação delicada. A SES tem um Plano de Cargos que não é ideal, mas também não é ruim. Disse que o
217 médico não trabalha só pelo salário dele. Alguns neurocirurgiões dizem que apenas pelo salário não
218 operam e que não adianta lotar no HJUM que não vai fazer cirurgia. Disse que acabam tendo que colocá-
219 los para operar num hospital que paga produtividade para eles. **Conselheiro Antonio Cordeiro** disse que
220 só houve falar em mudança, mas nos anos 70 quando tinha treze anos e sofreu com uma pneumonia, foi
221 levado as pressas para um 'postinho' do interior e foi atendido sem maiores problemas. Hoje apesar das
222 mudanças, da modernização e do Sistema Único, quando precisam de atendimento não encontram. Com
223 relação aos transplantes foi dito que a equipe antiga não quer atender, mas o Prefeito está dizendo que
224 há um complô dos médicos que não querem atender ao SUS. Disse que as alegações do não
225 atendimento se prendem aos baixos valores pagos pelo Sistema. O governo deve deixar de fazer
226 propaganda na TV e nos jornais e investir de fato na saúde, principalmente na valorização do servidor.
227 Disse que as carteirinhas não passam de enganação e para que tê-las se a Constituição diz que todos
228 têm direito à saúde. Carteira é para quem tem Unimed. **Conselheira Maria Zanirato** disse que é
229 positivo perceber o interesse da gestão em melhorar o Sistema. Devemos elogiar quando há interesse de
230 melhorar. Se com o Sistema vai diminuir a corrupção, o ajeitamento para desviar recursos públicos é
231 importante que isso fique cada vez melhor. Tem muitos conceitos e termos que não domina. É importante
232 que quem é da área da saúde dizer se isso vai contribuir com o Sistema ou se precisa ser melhor
233 aperfeiçoado. Mas, não pode deixar de comentar a denúncia feita pelo Conselheiro Victor Rodrigues
234 sobre a falta de oferta de serviços e a culpa disso é o do próprio Congresso, que como nosso Senador
235 Jonas Pinheiro não foi para o SUS ser atendido, foi para o serviço particular. No entanto, ele havia votado



SUS

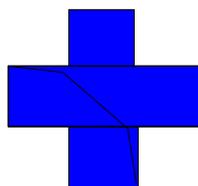
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

236 contra a CPMF. Se temos falta de serviço por falta de verba qual vai ser o impacto pela não aprovação da
237 CPMF. Disse que temos um problema de consciência coletiva na sociedade. Na novela Duas Caras a
238 filha do advogado, com pré-aborto, foi encaminhada para o SUS. A imagem que fizeram do Sistema é de
239 que a pessoa iria morrer lá e por isso levaram para hospital particular. A Rede Globo transmitiu com isso
240 que os profissionais não devem se formar para trabalhar no SUS. No máximo fazer 'um bico'. Isso é o que
241 está no imaginário da sociedade. Disse que votamos nos representantes que justamente são contra o
242 SUS e eles quem vão definir orçamentos. Disse que não vai julgar o Prefeito que tem pagado mal os
243 médicos, mas pode imaginar que ele não de importância ao SUS. Disse que temos que encaminhar uma
244 denúncia contra todos os políticos que votaram contra a CPMF. Disse que temos que fazer o debate
245 sobre a falta de serviços. Disse que a elite tem a saúde que ela quer e os pobres vão continuar sem
246 saúde. **Conselheiro Victor Rodrigues** disse que se tivéssemos oferta suficiente não precisaríamos de
247 regulador, pois da própria unidade de saúde já seria encaminhado para sua referência sem precisar
248 analisar se tem maior necessidade ou não. A respeito dos transplantes disse que não se paga mal. Se
249 não pagasse bem o Hospital Albert Einstein não faria. Disse que não é o conceito de valor, mas outras
250 questões que estão envolvidas. O pior conceito em relação aos transplantes é que tem a vinculação ao
251 paciente até o fim da vida dele e é isso que alguns serviços não querem assumir. Disse que querem fazer
252 apenas a cirurgia por que ganham bem. Ressaltou que este assunto merece uma discussão. Disse que o
253 Cartão SUS é importante para começar a evitar a corrupção. Disse que existem médicos que através do
254 ROA inventa nomes, por que se ele ganha 2,50 por consulta e se ele inventar vinte consultas ele ganha
255 cinquenta reais por dia vezes vinte dias úteis são mil reais por mês. Disse ao Conselheiro(Alberto) que
256 tem coisas que pagam bem, a exemplo da tomografia, que tem corrupção, paga melhor que a Unimed,
257 quimioterapia também paga melhor, próteses pela tabela do SUS paga melhor que a Unimed. Em relação
258 à mídia existem alguns serviços de comunicação que trabalha contra o SUS. No próprio Sindicato dos
259 Médicos já foi levantada esta discussão que existem planos de saúde por trás da grande mídia nacional.
260 Disse que quando o usuário não pode pagar ele vai ao médico e faz a benevolência de atendê-lo de
261 graça. Disse que SES no final do ano estava trabalhando o planejamento de forma animada com relação
262 aos recursos que viriam para o Estado com a aprovação da EC-29, mas tiveram que rever todos os
263 conceitos a partir da não aprovação da CPMF. **Márcia de Campos, Conselheira Municipal de Saúde de**
264 **Cuiabá**, disse que dentre os cinco principais problemas levantados pela Conferência Municipal de Saúde,
265 estava a Central de Regulação. Disse que naquele momento já percebiam a questão da gestão, da dupla
266 gestão. Na última reunião do CMS, no mês de dezembro, a responsável pela Central de Regulação,
267 atendendo a convocação do Conselho, apresentou que um dos problemas era a questão do comando do
268 estado e do município, mas que o principal problema estava na contratação, convênio e na oferta de
269 serviço. Disse que o CMS tem a impressão que o Estado está resolvendo a questão apenas no que diz
270 respeito a dupla gestão. Perguntou se o problema não está apenas centrado nesta questão, o que o
271 estado está fazendo com o outro lado, por exemplo, a contratação de serviço, a disponibilização de maior
272 oferta. Perguntou o que o estado vai fazer, enquanto gestor, para não deixar o município de Cuiabá
273 sozinho, por que uma das questões para o município é que ele tenha condições de realizar a efetiva
274 capacidade de regulação. Perguntou quanto de recurso o estado vai repassar para Cuiabá, como está



SUS

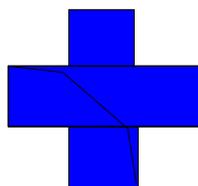
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

275 sendo pactuado ou se já pactuaram. Disse que não basta constatar uma realidade, o gestor e o controle
276 social têm que dar respostas, por que a questão é gravíssima. **Senhor Sandro, Vice-Presidente do**
277 **Conselho Municipal de Saúde de Cuiabá**, informou que ontem realizaram a primeira reunião ordinária e
278 a Associação Via Láctea encaminhou problema, quanto a cirurgia cardíaca infantil, cujo convênio com a
279 Clínica Femina foi encerrado e os pacientes desta modalidade estão sendo encaminhados para o TFD.
280 Mas, como o TFD demanda prazo, ultrapassando trinta dias, em função disso tem ocorrido óbitos.
281 Solicitou apoio e providências da SES e do CES para a solução deste problema, pois ele foge da alçada
282 do CMS. **Ouvidora Geral, Edna Marlene**, disse que concordava com todas as colocações feitas pela
283 Conselheira Márcia de Campos, pois com tantos problemas que vem se arrastando, tentando reunir as
284 Comissões e encaminhando para o Conselho. Disse que a Ouvidoria tem buscado apoio junto aos
285 gestores, tanto que a Ouvidoria sempre está na CER tentando resgatar situações gravíssimas de
286 pacientes do interior. Disse que está muito mais preocupada com a situação da CER, por que no sistema
287 de(fim do cd)...esses dados poderiam ser melhor identificado por que o número que se apresenta é
288 insuficiente. Verificando todas as especialidades, exames, procedimentos, próteses, transporte intra-
289 hospitalar, TFD intermunicipal, Casas de Apoio, Oxigenoterapia, enfim todos estes serviços têm
290 problemas e às vezes os pacientes ficam sem resposta. Disse que levantou os dados das demandas
291 reprimidas e repassou para a Comissão Ambulatorial e Hospitalar para que tomassem conhecimento dos
292 problemas das especialidades. Disse que a responsabilização é dos municípios, mas que ainda devemos
293 reunir os dois gestores, por que observam situações autorizadas, como laudos devolvidos. Disse que na
294 Ouvidoria tiveram que reabrir diversos casos, por que o laudo foi autorizado, mas o hospital não operou.
295 Disse que tem apenas um equipamento para atender todo o estado, mas que está sempre quebrado.
296 Disse que muitas situações são fáceis de serem resolvidas, basta resolvermos os problemas prioritários e
297 investir na regionalização e interiorização. Disse que a responsabilidade é de todos e a situação está
298 cada vez mais grave. Saliu que ortopedia é um caso gravíssimo e a questão do retinólogo também,
299 pois tem pacientes que estão cegos por que conseguiu atendimento nem por medida judicial.
300 **Conselheiro Victor Rodrigues** disse para os Conselheiros do CMS que em alta complexidade o estado
301 repassa por ano para o município de Cuiabá 36 milhões por ano excluindo a isso recursos humanos.
302 Esclareceu que este valor é para o município de Cuiabá e não para a Secretaria Municipal de Saúde. São
303 recursos que entram no município, como por exemplo, os contratos de UTI que o estado paga. Disse que
304 gostariam que este recurso fosse repassado para a SMS por que não pode ter o duplo comando. Disse
305 que o estado tem dificuldade com alguns procedimentos, principalmente por que são solicitados materiais
306 fora da especificação do SUS e a ortopedia é um problema sério com relação a isso. Com o
307 credenciamento do HGU para alta complexidade ele vai ofertar dentro do que o SUS oferta de serviço,
308 não podendo solicitar material fora da especificação do SUS. Disse que os usuários recorrem, mas como
309 gestor tenta trabalhar dentro daquilo que a legislação oferta. Disse que muitas vezes negam os pedidos,
310 pois se tem recurso que custeia o procedimento de uma forma porque vai pagar diferente neste momento.
311 Disse que a atual gestão da SMS com sua equipe técnica tem vindo conversar com o estado de forma
312 mais regular, para discutir cada ponto desta demanda reprimida por falta de oferta de serviço. Disse que
313 existem demandas reprimidas que não é realidade, é por necessidade do interior em tirar o paciente.



SUS

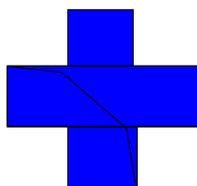
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

314 Disse que o SISREG permite trabalhar dentro do pactuado. Aquilo eu não for pactuado virá como
315 denúncia e eles vão ter que rever a pactuação. Quando tiver falta de oferta de serviço vão ter que
316 implantar. Quanto a questão colocada em relação à Clínica Femina ela não se cadastrou no SUS para
317 realizar cirurgia cardíaca e só querem trabalhar com tabela diferenciada. Disse que cada cirurgia dessas
318 fica em torno de oito a dez mil reais. A Clínica quer cobrar trinta mil reais. Disse que o estado está
319 buscando alternativa com outras equipes em outros hospitais. Disse que já foi publicado o Centro de
320 Referência para Cirurgia Cardíaca para o HGU que vai ter que implantar cirurgia neo-natal. **Presidente**
321 disse que houve apenas os encaminhamentos da Conselheira Maria Zanirato para que o CES, através
322 da Comissão Ambulatorial e Hospitalar acompanhe os serviços, e que o Conselho faça uma manifestação
323 contra os parlamentares, os dois Senadores, que votaram contra a prorrogação da CPMF. **Conselheiro**
324 **Carlos Eilert** solicitou questão de ordem. Disse que é contra este encaminhamento, por que temos que
325 pensar em 80 milhões de outros gastos paga os 40 milhões da saúde. A CPMF não foi usada como
326 deveria. Disse que esta discussão não cabe aqui, apesar de não concordar com o voto dos senadores.
327 **Conselheira Maria zanirato** disse que não estava desconsiderando que 50% eram para o SUS e 50%
328 acabou sendo desviado para outros fins. Disse que não se considerou nem os 50%. Disse que poderiam
329 mudar a CPMF desde que garantindo recursos para o SUS, mas o que se fez foi deixar a saúde sem
330 nada. Falou que não disse que a aplicação da CPMF era correta. Disse que fez o encaminhamento, por
331 que quando a gente não se manifesta está sendo conivente. Colocado em regime de votação, o
332 encaminhamento que o CES acompanhe através da Comissão Ambulatorial e Hospitalar os serviços, o
333 Pleno votou pela aprovação, por unanimidade. Colocado em regime de votação o encaminhamento de
334 manifestação contra os dois senadores que votaram contra a CPMF, o Pleno votou contra, com 10 votos
335 e duas abstenções. **Conselheira Maria Zanirato** solicitou que fosse registrada sua manifestação pessoal
336 e do Sintep em relação aos dois senadores do estado que prejudicaram o SUS do país inteiro votando
337 contra a CPMF e não apresentando nenhuma proposta para superar a falta de verbas para o SUS.
338 **Conselheiro Carlos Eilert** solicitou que fosse registrado que este Governo arrecadou em 2007, 684
339 bilhões, ou seja, 40 bilhões a mais, que daria para manter a CPMF. Disse, portanto, que o governo tem
340 dinheiro para investir na saúde. **Sindicato dos Estabelecimento de Serviços de Saúde do Estado:**
341 **Apresentação, Discussão e Encaminhamentos Sobre a Situação dos Hospitais do Interior Cadastrados**
342 **no SUS com Conflito de Ocupação versus Especialização** - proponente desta pauta, **Conselheiro**
343 **Leandro Zitelli** apresentou sua preocupação em relação do interior do estado com a nova sistemática de
344 implantação da CBO onde existe conflito entre ocupação e especialização e conseqüência disso é que os
345 usuários vão ficar sem atendimento, por isso a presença de alguns Secretários Municipais de Saúde. O
346 Conselheiro cedeu seu tempo e apresentação para os gestores municipais presentes para que pudessem
347 relatar a situação. **Conselheira Larissa Mauli, Secretária Municipal de Saúde de Nossa Senhora do**
348 **Livramento**, disse que o seu município tem um hospital municipal, mas se internar um paciente de AVC
349 se não tiver cadastrado neste hospital um cardiologista, pode fazer o procedimento, mas não pode cobrar.
350 Se não tiver cadastrado um ortopedista não receberá nem por ter engessado um dedo. Disse que o
351 hospital tem que atender, mas não pode receber. Além disso, começaram a digitar o novo sistema da AIH
352 e todos os hospitais devem ter o diretor clínico, o médico autorizador que não pode ser o mesmo que



SUS

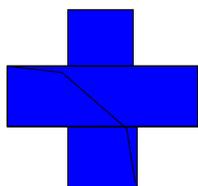
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

353 interna. Perguntou como vão conseguir tantos médicos. Disse que acabaram de discutir que temos
354 problemas em relação à falta de médico e de especialista em Cuiabá. Como ficará a situação dos
355 municípios mais distantes. Disse que o faturamento dos hospitais caiu em 40%. Conversou com o
356 Secretário Adjunto, Victor Rodrigues, e ele propôs que fosse feita comissão ampliada com membros do
357 Cosems e Secretários Municipais e encaminhasse esta questão para o Ministério da Saúde. Disse que
358 eles pensam levando em consideração a realidade dos estados como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo
359 Horizonte e o próprio Distrito Federal e lançam uma nova portaria e quer que os estados do Mato Grosso,
360 Amazonas e Acre se adequem. Disse que não temos mais condições. Os pacientes serão atendidos, por
361 que temos essa obrigação, mas sofrerão inevitavelmente por que começarão a fechar hospital. Disse que
362 no último mês tiveram gastos de 16.500,00 com médico plantonista e o faturamento do hospital foi de
363 14.000,00. Disse que quando as Secretarias começarem a digitar suas AIHs nessa nova versão terão
364 problemas. O sistema trava quando o CPF de médico autorizador é igual ao medico solicitante. Os
365 municípios terão que ter médico exclusivo para autorização de internação dentro do hospital. Disse que
366 para um médico aceitar trabalhar no interior precisa pagar um salário absurdo para trabalhar no PSF,
367 arrumar plantão para ele no hospital e outros adendos para que ele permaneça no município. Isto se o
368 município vizinho não oferecer quinhentos reais a mais e ele aceitar. Disse que recebeu um ofício da SES
369 solicitando que aumentasse o seu quadro de médico plantonista. Disse que esta nova medida em relação
370 a AIH é incompatível com a nossa realidade, disponibilidade financeira e de profissionais. Disse que os
371 HR mantidos pelo estado não conseguem fixar no interior médico especialista. Perguntou se a saída é
372 começar encaminhar tudo para Cuiabá. Disse que temos sério problema com os hospitais de pequeno
373 porte, pois a SES não se habilitou para que os municípios pudessem habilitar os hospitais de pequeno
374 porte e receber o teto financeiro. Em virtude disso, recebem mediante procedimento. Disse que a nova
375 medida não afetará apenas com os hospitais municipais, mas também os filantrópicos, os conveniados.
376 **Conselheiro Leandro Zitelli** disse que os hospitais do interior tinham um técnico de radiologia, mas hoje
377 ele precisa ter um médico radiologista. Disse que precisa preencher quatro vagas para médico
378 anestesista no interior e não consegue. **Senhora Sandra, Secretária Municipal de Saúde de São Jose**
379 **do Rio Claro**, sua a preocupação é a mesma. Disse que não tem especialista em obstetrícia e em
380 radiologia. Por isso precisa cortar partos, cesárias, clínica em casos de pneumonia, pois não tem como
381 comprovar uma pneumonia sem o laudo radiológico. Disse que se não conseguirem resolver, a partir do
382 mês de abril não poderão internar mais. A representante do **Hospital de Poxoreo** disse que a situação é
383 a mesma. Não conseguirão receber os serviços realizados por falta de médico especialista. Disse que os
384 médicos especialistas não querem trabalhar no interior e que o seu hospital é filantrópico e não possui
385 anestesista, porém tem que atender as cirurgias de emergência. **Senhora Solange, Secretária**
386 **Municipal de Saúde de Poxoreo**, disse que o assunto debatido se refere a uma portaria do mês de
387 dezembro que trata de uma determinação do SUS para que os municípios cumpram, sem direito a prazo
388 e questionamentos, mas também não pode deixar de atender. Disse que o estado tem que cumprir meta,
389 mas é a ponta que tem que realizar para passar a meta para o estado e este repassar para o Ministério
390 da Saúde. Disse que a situação é emergencial. Seu município tem convenio com um hospital filantrópico
391 que não tem condições de contratar médico e todos que trabalham no hospital são pagos pelo município,



SUS

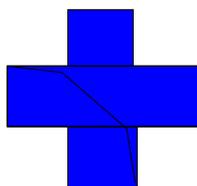
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

392 que não tem mais condições para contratar um especialista. Temos problemas de oferta e taxa de
393 serviços e ao invés do SUS solucionar estes que já existem acaba criando outro. Isso vai prejudicar o
394 usuário além do prejuízo social com a falta de emprego que a medida acarretará. Perguntou quem vai
395 conseguir manter uma porta aberta sem parcerias. Disse que o hospital faz rifa para manter as portas
396 abertas. A sua referência é o município de Rondonópolis que já está lotado, não consegue atender a
397 média e alta complexidade referenciada. Disse que não se trata apenas de falta de oferta de serviço, mas
398 também da falta de material, ar condicionado com defeito e a licitação não se realiza para que possa
399 operar uma catarata, enfim, são estes detalhes que impede a resolutividade para o usuário. Disse que o
400 debate nas reuniões de CIB é que os HR estão transbordando, não tem espaço físico para atender. Disse
401 que a burocracia emperra o Sistema e dificulta a ação. Solicitou que os Conselheiros Estaduais, as
402 autoridades e o Sindicato encontrem uma saída, ou que solicitem mais prazo para se organizarem. Disse
403 que, na verdade, os gestores desejam que isto seja revertido. **Conselheiro João Dourado** disse que o
404 CES tem que solicitar ao Ministério que reveja os efeitos da portaria e ao Conselho Nacional para que
405 intervenha na questão. Disse que, no mínimo, o Conselho deve solicitar ao MS e ao CNS pedindo
406 revisão, debate ou uma consulta pública. **Conselheiro Carlos Eilert** disse que ficamos estarecidos com
407 a falta de compromisso do governo, como um todo, e da população. Disse que cabe uma manifestação do
408 CES repudiando a forma que foi construída a portaria, pois eles não conhecem a realidade de cada
409 estado. Este governo está levando à privatização da saúde. Participou da 13ª CNS e observou que a
410 política do governo é a instituição das fundações estatais nos Hospitais Universitários. Ainda falta uma
411 assessoria de comunicação do Conselho. Que encaminhem *reliase* das reuniões para a imprensa, só
412 conseguimos mudar uma situação com mobilização. Disse que há dez anos o PCCS da SES não sofre
413 reajuste condizente. **Conselheira Larissa Mauli** disse a propositura é de encaminhamento de documento
414 ao CNS. Disse que o Cosems está encaminhando ao Conass e Conasems e que solicitarão ao Secretário
415 Augustinho Moro que reverta esta medida no Conass. Disse que com a SES deverão trabalhar com a
416 versão nova do Sistema AIH. Disse que o SISAIH que deste mês não permite que o médico autorizador
417 seja o mesmo que interna o paciente. Encaminhou que a área técnica do estado tem que solicitar a
418 reversão do Sistema deste mês, pois caso contrário os hospitais não terão faturamento no próximo mês.
419 Por fim, devemos solicitar a reversão desta portaria que não leva em consideração a especificidade que
420 temos no país. **Conselheiro Fabiano Borges** disse que precisavam conhecer o teor da portaria. Disse
421 que geralmente o teor de uma portaria ministerial passa pelo crivo da tripartite. **Conselheira Larissa**
422 **Mauli** disse que nem todas, algumas passam direto. Disse que o Cosems e o estado desconhecem esta
423 portaria. **Conselheiro Fabiano Borges** disse que de posse da portaria o Cosems deve se reunir com a
424 equipe da SUAIS, do Controle e Avaliação para tentar resolver. **Conselheiro Ambrósio Moreira** disse
425 que a Secretária Executiva estava tentando encontrar esta portaria. Que estamos trabalhando com
426 hipótese. Entende a situação do interior, mas para os Conselheiros faz-se necessário a portaria para que
427 possam avaliar. Disse que em nenhuma das instâncias ela foi localizada. É fundamental para o Conselho
428 que ele trabalhe com a formalidade. Disse que o Conselho precisa intervir de forma rápida em nível de
429 estado e ao mesmo tempo encaminhar correspondência para o CNS e MS pedindo solução, antes que o
430 caos seja instalado. O representante do Ministério da Saúde, **doutor Olavarria**, disse que embora seja



SUS

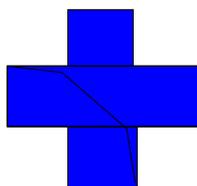
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

431 servidor do Ministério, nesta reunião estava representando a SUAIS. Com respeito à CBO, Classificação
432 Brasileira de Ocupação, o Ministério quando fez cruzamento com a portaria do mês de dezembro, tinha o
433 intuito de cruzar a informação para pegar acúmulo de ocupação de profissional médico. Disse que tinham
434 muitos médicos que eram do estado, plantonista e médico do PSF. Disse que se somassem tudo ele teria
435 mais de 48 horas de serviço por dia. Então o Ministério do Emprego e do Trabalho tinha como objetivo
436 pegar estes casos. No entanto, 'o tiro saiu pela culatra', por que implantaram num momento que não
437 deveria, no início do ano. O pessoal de Brasília, disse, pensa nas capitais e esquecem que existe interior,
438 não vivenciam os seus problemas. Disse que na tabela unificada o hospital só vai receber, por exemplo,
439 se tiver médico radiologista. Se no CNES não tiver cadastrado naquele hospital um radiologista não vai
440 poder fazer o raio-x. Se o hospital contratar médico para fazer laudo à distância, este dinheiro vai para o
441 médico. Disse que se o sistema não determinado procedimento com os dados do CBO, ele vai glosar a
442 AIH e os hospitais vão quebrar. Informou que este portaria não é do Ministro, mas do Departamento de
443 Regulação, Controle e Avaliação. **Conselheiro Alberto de Almeida** disse que esta é uma questão dos
444 'sábios de Brasília'. Disse que eles acham um problema, mas encontra uma solução que prejudica todo
445 mundo. O CRM tem parâmetros para número de profissionais, número de leitos, equipe, mas todos no
446 CRM têm o jogo de cintura e o bom senso de não poder exigir de um hospital da capital o mesmo do
447 interior. O médico por lei pode atuar em todas as áreas da medicina, desde que ele tenha competência e
448 tenha feito cursos. Disse que esta medida vai gerar caos. No entanto, cria-se um clima de 'desastre' por
449 que perdemos a CPMF, que era provisória. Disse que tivemos superávit em 2007, arrecadamos muito,
450 mas não usamos naquilo que deveria. Se você tem um povo mais rico no país, teremos mais gente
451 disposta a fazer doação, que seria a saída para os hospitais beneficentes. Mas o governo não abre-mão
452 do imposto de renda dessa doação. Disse que existem saídas, mas só querem criar complicação, coisas
453 desse tipo(portaria), não tem lógica. Disse que nem o Conselheiro Federal de Medicina, Fernando
454 Vinagre, que está em Brasília tinha conhecimento disso. Finalizou dizendo que é sinal que as coisas
455 ainda estão escondidas. **Conselheira Clélia Brito** disse que este Departamento pecou quando criou esta
456 portaria. Talvez a intenção fosse boa, pois verificaria inclusive a sobrecarga de trabalho com o nível de
457 qualidade do atendimento, entre outros. Disse que na maioria das vezes o profissional nem olha para o
458 paciente e já prescreve a consulta. O problema do Ministério foi não ter conversado com a comunidade,
459 fazer debate em relação a isso. Refletiu se isso não é desejo de alguns grupos, por que na rede privada
460 isto não existe. Eles vão trabalhar da forma que a lei ampara. Esta medida é apenas para o sistema
461 público de saúde. Por fim, disse que a medida pode ter o interesse de melhorar a qualidade ou pode ser
462 outro interesse. Disse que para podermos formular o encaminhamento para o CNS e MS deveríamos ter
463 conhecimento da portaria. **Conselheiro Carlos Eilert** disse que Comodoro tem médicos de uma
464 cooperativa do Paraná. Disse que eles trabalham a cada seis meses. Não deixa de ser absurdo, porém
465 foi a única forma encontrada pelo gestor, pois os médicos deste estado não se propõe em trabalhar lá.
466 Disse que concordava com a Conselheira Clélia Brito, pois ainda não conhece a portaria. Mas, pelo que já
467 foi colocado temos condições de tomar uma posição. Encaminhou que seja criada uma comissão para
468 fazer redação de repúdio sobre este documento, em função das falas aqui colocadas. **Conselheira**
469 **Larissa Mauli** disse que já fazem o cruzamento da carga horária dos profissionais junto com o CNES e



SUS

Sistema
Único
de Saúde

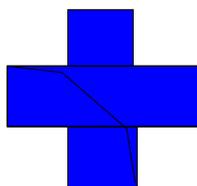
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

470 CBO. Disse que este já dava teto máximo de carga horária trabalhada semanal. Disse que o problema da
471 portaria está exclusivamente em cima de especialidades que não tem no interior. **Presidente** encaminhou
472 que os membros da Comissão Ambulatorial e Hospitalar se reúnam com o representante do Cosems para
473 formular documento para encaminhamento ao CNS. **Conselheira Larissa Mauli** disse que obteve a
474 informação que o Controle e Avaliação da SES já está recebendo ligações dos municípios acerca do
475 problema e que amanhã no período da tarde se reunirá coma área técnica para encontrar solução, o que
476 não inviabiliza o encaminhamento para o CNS. **Presidente** solicitou que, conforme confirmação de
477 reunião pela Conselheira, a Secretária Executiva convoque os membros da Comissão. **Conselheiro João**
478 **Dourado** disse que a Comissão não precisa se preocupar se vai achar a portaria. Disse que as
479 informações dadas pelos representantes municipais são suficientes para o Conselho se posicionar ao
480 CNS e ao MS. Disse que a Comissão não precisa trazer ao Pleno o teor do documento, ela está
481 incumbida para fazer e encaminhar as instâncias. **VI Conferência Estadual de Saúde: Apresentação,**
482 **Discussão e Votação da Prestação de Contas - Conselheiros Ambrosio Moreira e Carlos Alberto Eilert**
483 foram os responsáveis por esta apresentação. **Conselheiro Ambrósio Moreira** disse que, como é sabido
484 por todos, desde o ano passado estavam trabalhando a Conferência e agora prestarão contas daquilo
485 que foi planejado, orçado, financiado e executado. Abriu a prestação, lendo a seguinte mensagem:
486 “Cidadão é aquele que conscientemente se apropria dos direitos conquistados e luta coletivamente pela
487 ampliação desses direitos e faz isso numa realidade concreta, num determinado espaço social onde vive”.
488 Disse que tinha a possibilidade de uma instituição administrar estes recursos, mas a proposta foi
489 aperfeiçoada e partiram para outra perspectiva. O projeto que demandava esta VI Conferência foi o 1479,
490 do Programa 156 da Gestão Democrática do SUS. Disse que tiveram a preocupação de trazer para os
491 Conselheiros todas as notas fiscais relativa à mesma. Após deu inicio a apresentação do Relatório Físico
492 Financeiro: I Etapa – Comunicação e Conferências Municipais: 133.680,00; II Etapa – VI Conferência Estadual
493 de Saúde: 299.200,00; III Etapa – 13ª Conferência Nacional de Saúde: 41.200,00; Empresa Terceirizada
494 Administração de Recursos: 23.704,00; totalizando 497.874,00. Despesas realizadas com recursos do Projeto
495 1479 – Diárias para despesas de deslocamento dos Conselheiros, Técnicos e Motorista: 97.790,00; Serviço
496 de Pessoa Jurídica(licitação): 300.004,06; Serviços de Pessoa Jurídica (gestão administrativa da SES):
497 42.955,07, inclua-se a isto Sinal Verde(transfer), Época Propaganda(comunicação) e DocCenter(xerox).
498 Ressaltou que não tiveram despesas com pagamento para o pessoal de apoio e coordenação. Ressaltou que
499 nos serviços de Terceiros foram gastos com: locação de instalação e hospedagem, alimentação, confecção
500 de camisetas, passagens aéreas para delegados e conferencistas, confecção de bolsas, decoração,
501 cerimonial e filmagem, locação de computadores, marmitex, shows de Nico e Lau e João Eloi, locação de
502 espaço, totalizando: 268.193,66. Ainda restam despesas a pagar: impressão do relatório final e transcrição da
503 gravação que totalizam 31.810,00. Resumo final: Orçamento previsto no PPA-2004-2007 para realização da
504 VI Conferência: 830.000,00; recursos alocados do Conselho no PTA-2007: 192.000,00; Suplementação feita
505 pela SES: 314.000,00; Total gasto com a 6ª CES: 439.955,07; Economia aos cofres públicos: 66.044,93.
506 **Conselheiro Carlos Eilert** disse a única nota fiscal com discriminação de valor que não se encontra é da
507 empresa contratada para atender a SES, Época Propaganda que ignorou todos os memorandos
508 encaminhados. Disse que a arte da conferência foi desenvolvida por dois técnicos da Ouvidoria e da
509 Secretaria Executiva. Lembrou que num primeiro momento em que esta empresa foi mostrar para a

13



SUS

Sistema
Único
de Saúde

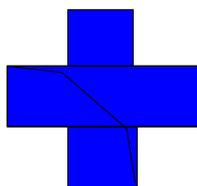
Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

510 Comissão a arte, trouxe uma cartela de remédio ao fundo. Criticou que o jornalista colocado a disposição
511 da Comissão Organizadora não tinha a experiência necessária, pois não era publicitário, a divulgação não
512 foi perfeita e não conseguimos saber até o momento o que foi pago. Disse que a empresa cobrou 5 mil
513 reais pela logomarca. O orçamento sumiu e por isso não conseguem saber o que foi pago. Disse que a
514 Comissão entendia que uma empresa que até o início do ano era detentora da propaganda da VI CES
515 não poderia cobrar este valor. No entanto, a empresa Sinal Verde, transfer, chegou a colocar a
516 quantidade de quilômetros que os ônibus fizeram e o combustível gastos. Também vale a mesma
517 discriminação para hospedagem e alimentação. Em relação ao apoio e coordenação agradeceu a ESP,
518 aos técnicos da SES, ERS e CES e isso não foi contabilizado. Ninguém recebeu nada por isso, só
519 contabilizaram serviços, pois os objetivos eram maiores. Ressaltou alimentação para no mínimo 515
520 delegados e mais 406 pessoas, totalizando 921 participantes inscritos. Passagens terrestres para
521 deslocamento dos delegados eleitos do interior a Capital tiveram apoio da ESP. Disse que ainda está
522 faltando pagar: impressão de 700 relatórios finais. **Conselheiro Ambrosio Moreira** disse que o lomat vai
523 fazer a impressão e deveremos paga-lo, pois segundo determinação se o governo produz este serviço ele
524 tem que fazer, caso contrário fica para a iniciativa privada faze-lo. Disse que em diversos momentos na
525 Conferência a iniciativa privada não cotou alguns itens e tiveram que fazer adesão de preços.
526 **Conselheiro Ambrósio Moreira** vale ressaltar que todo este planejamento teve como espelho a V
527 Conferência (2003). Disse que a Comissão de Orçamento da VI Conferência, com a participação do
528 Conselheiro Getúlio Gonçalves esboçou este trabalho. Planejaram, orçaram e foi in loco, e como
529 consequência a Conferência não teve custo exorbitante. Os **Conselheiros** apresentaram resultado da
530 pesquisa realizada durante o evento, no dia 10 de outubro de 2007 que vem a responder a algumas críticas
531 sofridas pelos jornais: Total de delegados por segmento: governo – 124, 24,08%; trabalhador – 134, 26,02%;
532 usuário – 257, 49,90%; total geral: 515, 100%. Total de participante por segmento: Comissão Organizadora
533 41, 10%; convidado(conferencista) – 274, 67,49%; observador – 90, 22,17%; total geral: 406, 100%.
534 Passando para os dados da pesquisa, foram entrevistadas 80 pessoas que responderam as seguintes
535 indagações: A Conferência atendeu as suas expectativas: sim, 75%, não, 25%; Em sua opinião, o PCCS da
536 Saúde deve contemplar salário base específico por categoria: sim, 95%, não, 5%; Em sua opinião como deve
537 ser a forma de contratação de trabalho dos agentes que atuam na promoção e saúde do indivíduo: concurso
538 público, 62,5%, processo seletivo, 37,5%; Quanto a forma de trabalho: efetivo, 63,8%, CLT, 36,2%; Você
539 concorda que a ESP é quem deve promover os cursos de capacitação em todas as áreas: sim, 76,2%, não,
540 23,8%; De modo geral como você avalia a VI CES: ótimo, 8,8%, bom, 62,5%, regular, 25%, ruim, 3,7%,
541 péssimo, 0,0%; Como avalia o trabalho do CES-MT junto aos CMS: ótimo, 5%, bom, 40%, regular, 37,5%,
542 ruim, 13,7%, péssimo, 3,8%; Você conhece a Ouvidoria Geral do SUS/CES-MT: sim, 38,8%, não, 61,2%;
543 Você tem Ouvidoria no seu município: sim, 18,8%, não 81,2%; Há interesse na implantação da Ouvidoria: sim,
544 87,5%, não, 12,5%; O CMS já informou como funciona a Ouvidoria do SUS: sim, 41,3%, não, 58,7%; Tem
545 conhecimento de como implantar a Ouvidoria do SUS em seu município: sim, 31,3%, não, 68,7%.
546 **Conselheiro Carlos Eilert** disse que é neste sentido que quiseram colocar, foi uma pesquisa no incipiente
547 do afogadilho poderíamos ter perguntado muito mais. **Conselheiro Ambrósio Moreira** disse que deu o
548 mérito a Coordenação e controle social. Disse que tomou conhecimento de uma pesquisa da OG com
549 duas perguntas e intuiu que poderia ampliar mais, elaborou mais perguntas para saber o que se pensa do

14



SUS

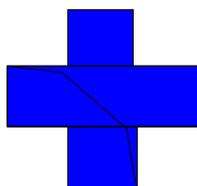
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

550 conselho e da conferência, assim surgiu este trabalho. A coordenação levou muitas críticas, pelos CES,
551 conferencista e outros. Ressaltou que a pesquisa foi realizada no último dia do evento. **Presidente**
552 agradeceu aos dois conselheiros que apresentaram a prestação de contas e o técnico da Secretaria
553 Executiva, Marcio Ribeiro, que é pesquisador e construiu a tabela. Abrindo os debates, **Conselheiro**
554 **Fabiano Borges** disse que estava feliz por que a conferência deixou recados para todos, e somos
555 capazes de executar. A parceria com os trabalhadores foi exitosa, todos abraçaram a causa, a aposta
556 neles foi certa. Após quatro anos da realização da V Conferência realizamos esta com custo menor e
557 melhor qualidade dos gastos. A Comissão de orçã controlou os gastos e não teve problemas de infra-
558 estrutura. Disse que a 13ª teve problemas infra. Ressaltou empenho da gestão, na pessoa do Secretário
559 de Saúde Augustinho Moro. Disse que todos trabalharam de graça e de boa vontade pelo SUS. Votou
560 pela aprovação com aplausos. **Conselheira Maria Zanirato** enquanto Comissão de Metodologia, temário
561 e relatoria agradeceu os técnicos que colaboram nessa organização de sistematização que continuam
562 trabalham até hoje nos anais da estadual. A sua Comissão ainda não terminou o trabalho. Destacou que
563 a Comissão organizadora se reuniu 22 vezes e a relatoria 45 vezes, por enquanto. A despeito de
564 quaisquer críticas e avaliação negativa o mérito está colocado. Disse que lendo as atas ficou
565 desestimulada pela forma como o CES avaliou a VI em suas várias etapas, foi mais predominante o
566 negativismo que a avaliação positiva. Disse que ainda tem pendências com relação a mesma, por que
567 praticamente as propostas do temário I foram aprovadas pela metade, o III foram aprovadas, mas tiveram
568 desgaste dos palestrantes que tiveram que sair pois ninguém queria ouvi-los, foi deselegante, pois as
569 pessoas queriam votar os delegados, o II foi totalmente prejudicado não voltou para a plenária final.
570 Relatório final vai ficar capenga. Colocou que a instância que poderia aprová-lo era o CES, mas ele não o
571 fez, preferiu atender outras prioridades. Disse que foi prejudicada a discussão na intersectorialidade, a
572 educação e o meio-ambiente, infra-estrutura não incorporou. Disse que temos que superar o
573 corporativismo e trabalho integrado. Politicamente avançaram com a VI por que saíram do paternalismo
574 do gestor, que sempre promovia a conferência que era do controle social e os usuários e trabalhadores
575 eram apenas expectadores. Isso inverteu e só por isso avalia como positivo. Disse que as superações
576 devam ser garantidas na próxima conferência. **Conselheira Suley Correa** disse que é da Comissão de
577 Relatoria e ainda tem um grupo de seis pessoas trabalhando quase todos os dias para finalizar o
578 Relatório Final. Disse que o primeiro dia de conferência não foi gravado, estão pedindo aos palestrantes
579 pelo menos o resumo. Disse que foi encaminhado memorando da Superintendência de Políticas de
580 Saúde que solicita cópia das ações deliberadas na VI Conferência, tendo em vista a elaboração do PES
581 2008-2011. Em relação a transcrição do cd, teceu crítica, para que não se repita. Foi colocado para que
582 fizesse tomada de preço por que na licitação não tinha idéia do custo e fez o levantamento. Repassou ao
583 setor, mas depois ganhou uma pessoa que tinha um preço acima dos outros. Quem entregou orçamento
584 com preço abaixo, 3.000,00, simplesmente não aparece no processo de licitação. Disse que os
585 conselheiros precisam ter mais atenção nestas questões, isso desmoraliza as nossas atitudes. Disse que
586 o orçamento de menor preço sumiu do processo licitatório. **Conselheiro Ambrósio Moreira** disse que
587 dentro da tomada de preços da transcrição, foi realizada compra direta. O setor de licitação não tinha
588 pessoas para entrar na concorrência de menor preço, foi solicitada que a Conselheira Suley Correa, que



SUS

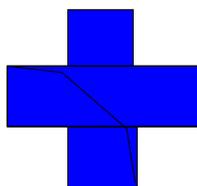
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

589 tem bastante conhecimento nesta área, que providenciasse três pessoas que fizesse orçamento. Disse
590 que a primeira pessoa que entregou o orçamento, 'ficou naquela de arrumar e não mais', e conseguiram
591 posteriormente mais pessoas. No entanto, ao fazer o processo esta pessoa com orçamento de três mil
592 não apareceu e por isso foi pego o segundo orçamento. **Conselheira Larissa Mauli** disse que queria
593 entender se a pessoa (menor orçamento) não compareceu ou foi o orçamento dela que não apareceu.
594 Disse que há diferença em um papel sumir de uma pessoa não aparecer. Então, na verdade, sumiu o
595 papel, o orçamento, a proposta. **Presidente** solicitou que a Secretária Executiva esclarecesse. **Magaly de**
596 **Souza** relatou os fatos. Disse que a secretaria Executiva encaminhou memorando e termo de referência
597 para Coordenadoria de Licitação solicitando que se contratasse uma pessoa para a transcrição do cd. A
598 Coordenadoria havia informado ao Conselheiro Ambrósio Moreira que o processo estava parado, pois
599 não tinham idéia de quem poderia realizar um serviço desses. O Conselheiro Ambrósio Moreira solicitou
600 para a Conselheira Suely que apresentasse três orçamentos, tendo em vista que, pelo trabalho que
601 realiza conhece pessoas nessa área. Os três orçamentos apresentados foram anexados ao processo e
602 somente a partir disso o processo começou a ter andamento. Uma pessoa se apresentou na Secretaria
603 Executiva dizendo que havia ganhado a licitação, repassamos os cd ela assinou termo se
604 responsabilizando em entregar o trabalho em trinta dias. Ocorreu que, após seu retorno das férias, a
605 Conselheira Suely Correa entrou em contato conosco e perguntou sobre o resultado do processo de
606 licitação por menor preço. Informamos que o processo tinha sido finalizado e a pessoa que venceu já
607 deve estar entregando o trabalho. Informamos para a Conselheira o nome do vencedor e a mesma disse
608 que não havia entregado nenhum orçamento com este nome. Para que a Conselheira pudesse tomar
609 conhecimento tiramos Xerox do processo e para nossa surpresa o orçamento de menor valor (3.000,00)
610 não estava no processo. Reiterou que eram três orçamentos e o de menor valor não constava do
611 processo. Disse que informou a pessoa, que nós da Secretaria Executiva e enquanto Comissão
612 Organizadora da VI CES, encaminharíamos um documento para o setor de licitação solicitando que
613 esclarecesse o sumiço do orçamento do processo. Mas, a esta pessoa entregou o seu orçamento, com as
614 informações solicitadas, na confiança nas mãos de uma pessoa da licitação sem haver protocolado. Por
615 isso não tivemos como cobrar o sumiço desse orçamento. Disse que ela tem o nome do servidor que
616 recebeu. **Conselheira Suely Correa** disse que sabe o nome do servidor e inclusive tem testemunha da
617 entrega. **Conselheira Larissa Mauli** disse a coisa pública é séria. Disse que é gestora, faz licitação e é a
618 coisa mais séria que tem. Disse que isto não pode ficar assim. **Conselheira Suely Correa** disse que
619 trouxe este caso, pois é muito sério. Correu atrás dos orçamentos e no final aconteceu isso. Ressaltou
620 que a transcrição foi feita a contento e não é culpa do vencedor. **Conselheira Elias Nogueira** disse que
621 diante de uma denúncia tem que abrir uma sindicância, ainda mais num caso grave como este.
622 **Conselheiro João Dourado** disse que o Conselheiro está correto. O Conselho assumiu a Conferência
623 em parceria com a SES e este fato não pode passar em branco. Disse que quando forem fazer o debate
624 do relatório final, embora todos os esforços empreendidos, quem não participou da conferência e ler o
625 produto final, vai dizer que não foi tão boa assim. Tendo em vista os eixos que não conseguimos fechar,
626 não realizar de debates acerca dos relatórios finais e a falta de diretriz consistente da política de saúde.
627 No seu ponto de vista o trabalho foi bom e disse que o pedido de vistas do Conselheiro Fabiano Borges



SUS

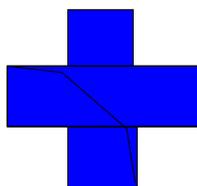
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

628 fez com a Secretaria de Saúde economizasse sessenta e seis mil reais. Ressaltou que este pedido de
629 vistas foi fantástico. Com relação a pesquisa precisamos fazer reflexão em cima dos quesitos avaliação
630 ruins. **Conselheira Leila Boabaid** disse que esteve à frente da Comissão de infra-estrutura e foi uma
631 grande experiência para todos. Inédito em MT e no Brasil uma Conferência ser conduzida pelos
632 Conselheiros, principalmente usuários. Teve boa interface com a relatoria, comunicação, planejamento.
633 Disse que agradecemos a diversas pessoas, mas não podemos esquecer-nos dos trabalhadores da
634 saúde. Disse que todos os ERS desencadearam os municípios utilizando a sua estrutura mobilizando
635 gestores e na contribuindo como palestrante. Agradeceu os trabalhadores do CES e OG. Nenhum dos
636 trabalhadores ganhou para isso e foi fundamental a economicidade foi grande, se não a CES teria
637 custado 700 mil reais. Disse que a experiência foi rica, apareceu todas as diferenças, mas enriqueceu as
638 discussões. O Relatório está prejudicado, ainda não encontramos o caminho. Ressaltou o
639 acompanhamento dos CES nas etapas municipais. Agradeceu a todos os participantes e pediu desculpas
640 para Conselheira Maria Cândida pelas brigas. **Conselheira Maria Cândida** disse que tinha proposto que
641 a avaliação fosse em reunião específica. Como coordenadora tem muitas desculpas a pedir, mas muitas
642 coisas a dizer. Os erros acontecem sempre, nunca terminamos com final feliz, as decisões não são a
643 contento. Se aqui falassem a mesma linguagem não seria colegiado. Disse que já esperaram pelas
644 questões negativas. Até mesmo quando fora eleita a Comissão Organizadora começaram as críticas
645 sobre quem era a coordenadora por que existem dos grupos políticos. Disse, a respeito da matéria que
646 saiu na imprensa que colocou a coordenação da conferência 'no chinelo', porém sabemos que apesar de
647 tudo a pesquisa está mostrando a realidade. Temos este resultado na mão. Disse que a VI CES não foi
648 tão ruim quanto esperávamos que fosse. Está felicíssima com o resultado, por que alguma coisa foi
649 plantada. Aquilo que não conseguiram finalizar não foi por culpa da coordenação. Criticou que todos os
650 delegados presentes, apenas queriam 'ir para Brasília, não queriam discutir as propostas da Conferência'.
651 Disse que a coordenação daquela mesa tentou segurar, mas não conseguiu levar a discussão até o final.
652 Disse que participou da reunião da Coordenação Nacional de Plenárias de Conselhos de Saúde e
653 discutiram todas as conferências nacionais. Mato Grosso se destacou tendo em vista a coordenação do
654 evento estar com o segmento usuários. A Coordenação da 13ª teve elogios para esta conquista. Disse
655 que o relatório final, seja bom ou ruim, é o relatório que estaremos apresentando para o Estado de Mato
656 Grosso e para o país. Agradeceu os ERS e OG. Agradeceu pelas críticas e elogios durante esta
657 construção. **Conselheira Maria Aparecida** disse que a conferência é um processo e na construção das
658 etapas municipais, por isso quis saber como o orçamento da participação dos conselheiros como isso vai
659 ser retratado na aprovação do orçamento. (Disseram-na que já haviam apresentado os valores, na
660 primeira etapa). Em relação ao relatório contemplar tudo o que foi proposto e mostrar aquilo também que
661 não foi aprovado. Disse que a conferência ficou prejudicada quando todas as conferências aconteceram
662 no grande pleno. Na 13ª houve divisão em pequenos grupos temáticos e depois construído no coletivo.
663 Disse que na 13ª conseguiu que sua proposta fosse debatida e aprovada. Disse que o trabalho foi
664 valoroso e as divergências têm que existir, pois assim se constrói o SUS, isto é democrático. **Conselheiro**
665 **Antonio Cordeiro** parabenizou a Conselheira Maria Zanirato pela postura durante o evento, se fosse
666 outra pessoa que não tivesse a capacidade que ela tem não conseguiria se manter. Às vezes as brigas



SUS

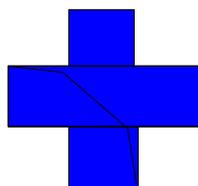
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

667 são boas, pois a paz se constrói com a guerra. Parabenizou os coordenadores Maria Cândida e Ambrósio
668 Moreira. Disse que foi lamentável o tumulto na eleição dos delegados. **Conselheiro Elias Nogueira**
669 parabenizou o CES e a Comissão pela construção da Conferência. Para que o relatório final não fique
670 prejudicado, as propostas não discutidas podem constar em destaques ou sugestão, menos ser
671 suprimida. **Conselheiro Ambrosio Moreira** solicitou que o CES homologue as propostas não debatidas.
672 Discordou que a Conferência não chegaria ao valor de 700 mil reais. **Presidente** agradeceu a
673 participação de todos na conferência. Disse que a avaliação foi perfeita, falta dinamizar a comunicação.
674 Colocado em aprovação a prestação de contas da conferência foi aprovada por unanimidade. O Pleno
675 aprovou, por unanimidade, que fosse encaminhado ofício ao secretário solicitando averiguação e resposta
676 ao pleno sobre o processo de contratação de serviços da audição do CD. O Pleno deliberou que este
677 conselho solicite ao SES a apresentação da cópia da nota fiscal com discriminando o que foi pago. O
678 Pleno aprovou, por unanimidade, que as propostas que não foram discutidas e aprovadas na VI CES
679 conste do relatório final. O Pleno acatou o encaminhamento de constar no RF homenagem póstuma para
680 a Conselheira que sofreu acidente quando se dirigia para a Conferência. **Comissão de Monitoramento e**
681 **Cooperação Técnica: Apresentação, Discussão e Votação da Proposta para Construção do Relatório**
682 **de Ação 2005 a 2007 - Conselheiro João Dourado** fez informe da **Comissão de Monitoramento e**
683 **Cooperação Técnica**. Disse que a Comissão entendeu que não será necessário contratar assessor para
684 fazer o relatório das ações. Disse que o SES sinalizou disponibilizar um técnico, o Márcio Ribeiro, técnico
685 da Secretaria Executiva está à disposição para contribuir e temos subsídios: desde o questionário dessas
686 VI CES, IV Plenária, Relatório de Monitoramento 2004, e projeto vencedor no Prêmio Sergio Arouca.
687 Agenda da Comissão prevista para 21 de fevereiro. Municípios com demandas da OG e outros que
688 precisam fechar os municípios de 2007, apoio do CES quando for ao município quando fechar, depois
689 disso o monitoramento será depois da Agenda. Aprovado. **Presidente** falou da portaria 3060 que vinha
690 recurso novo para o controle social disse que veio 199 mil para capacitação, 199 mil para mobilização
691 sociedade e 19 mil para sensibilização sociedade para o SUS e 397 mil para a OG. Solicitou que a
692 Secretária Executiva convoque para reunião com a CIB e SUDPS para definir a execução desse recurso.
693 **Conselheira Maria Aparecida** disse que o projeto foi aprovado em reunião da CIB que participou
694 representando o CES, e não foi fácil a aprovação e precisamos participar mais das reuniões da CIB para
695 quebrar a imagem que o CES tem lá. : **INCLUSÃO DE PAUTA: Projeto do MT-Hemocentro** – a
696 representante do Hemocentro disse que o MS no 'apagar das luzes' fecha tudo. 31.12.06, aprovou pré-
697 projeto que o Hemocentro tinha encaminhado. O MS mandou documento dizendo que o recurso seria
698 liberado com uma lista de exigências para serem cumpridas até quinta-feira, caso contrário perderia a
699 verba de 426.000,00. Dentro das exigências está a aprovação do projeto pelo Conselho. Apresentou a
700 justificativa do projeto, que MT possui uma rede hemoterápica constituída de Hemocentro coordenador,
701 18 CT, 30 AT e que o mesmo estava em consonância com o PDR. Considerando que o referido projeto
702 prevê a modernização gerencial e tecnológica, considerando a necessidade que o Hemocentro tem em
703 adequar-se a legislação sanitária vigente, considerando que este projeto vem atender um dos eixos
704 norteadores da política nacional de hemoderivados, que os equipamentos a serem adquiridos irão
705 contribuir para a modernização da rede. O projeto solicitava equipamentos para laboratórios, material



SUS

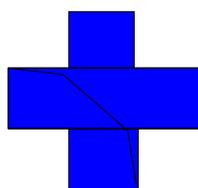
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

706 permanente administrativo, reforma e adequação. Disse que o convenio caiu para 404.000,00. Disse que
707 se não adquirir os equipamentos, não tem condições de funcionar, pois o estado está sem condições de
708 comprar. Disse que precisamos que o estado se sustente através do leito SUS, sangue SUS. Estão
709 tentando modernizar os municípios para ele abastecer sua microrregião. Ressaltou que a reforma prevista
710 não é estrutural é de higienização. Pediu desculpas por estar encaminhando agora e a intenção não foi
711 ferir a competência do CES-MT. Foram comunicados em cima da hora. Disse que neste momento precisa
712 do respaldo do CES. **Conselheiro Carlos Eilert** disse que tiveram um ano para ter conhecimento projeto
713 dessa natureza. Se tivesse conhecimento do projeto, das vezes em que foi a Brasília poderia estar
714 cobrando o MS. Encaminhou pela aprovação e que Comissão Ambulatorial visite as unidades.
715 **Conselheiro Fabiano Borges** encaminhou pela aprovação e que nosso Hemocentro é referência
716 nacional. O hemocentro merece voto de confiança. A culpa deve ser compartilhada com o MS que não
717 consegue desencadear os recursos a tempo. **Conselheiro Ambrosio Moreira** pela aprovação, mas
718 estamos eliminado vício de situação semelhante a esta. Chamou atenção dos conselheiros para isso.
719 **Conselheira Maria Cândida** disse que iria se abster, por que não quer aprovar situações de ultima hora e
720 este não é o objetivo do Conselho. O CES tem que ter posição política daquilo que aprova. Pleno aprovou
721 com duas abstenções. **Conselheiro Alberto de Almeida** solicitou que os resultados sejam apresentados
722 posteriormente no Pleno, melhor que ir visitar. Nada mais havendo a ser deliberado pelo Pleno, a reunião
723 foi encerrada às dezoito horas e trinta minutos e, após lida e achada conforme, a presente ata foi aprovada
724 pelo Pleno e segue assinada pelo **Vice-Presidente do Conselho Estadual de Saúde, Edvande Pinto de**
725 **França**, pela Secretária Executiva, **Magaly de Souza** e pelos demais Conselheiros presentes: **Fabiano**
726 **Tonaco Borges**, **Leila Maria Boabaid Levi**, **Cristina Santos Botti**, **Solange Fátima Cruz**, **Miguel**
727 **Figueiredo Barros**, **Elias Nogueira Peres**, **Larissa Raquel de Pina Maulli**, **Leandro Jubileu Zitelli**, **Alzita**
728 **Leão Ormond**, **Maria Aparecida de Amorim Fernandes**, **Alberto Carvalho de Almeida**, **Carlos Alberto**
729 **Eilert**, **Maria Luiza Zanirato Bartmeyr Zanirato**, **João Luiz Dourado**, **Maria Cândida do Nascimento**,
730 **Maria Helena Serrano**, **Suely Correa de Oliveira**, **Antonio Cordeiro Sobral**, **Clélia Araujo de Brito**, **Edenir**
731 **Pereira da Silva**, **Edvande Pinto de França** e **Ambrósio Moreira de Souza**.



SUS

Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342